



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

NATURALIZAÇÕES, DESCONSTRUÇÕES E RECONHECIMENTO: REFLEXÃO ACERCA DAS POLITICAS (PÓS-)IDENTITÁRIAS DO MOVIMENTO LGBT

Rui Miguel Pereira Caeiro

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: [Rui.caeiro21@hotmail](mailto:Rui.caeiro21@hotmail.com)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão teórica acerca do surgimento da pluralidade de identidades sociais na atualidade para, com fundamento nos Estudos Culturais e Estudos Queer, refletir e, principalmente, questionar as políticas de reconhecimento, e portanto de constituição de diferença, sobre as quais se fundamentam os movimentos sociais atuais, tendo em especial atenção ao movimento LGBT.

Palavras-chave: Pluralidade, Identidades, Estudos Culturais, Estudos Queer, Reconhecimento.

Introdução

Hoje, talvez com maior intensidade do que alguma vez antes, as identidades ocupam um papel central na compreensão, construção e reconstrução do mundo (e dos indivíduos). Os debates acontecem tanto a nível global – relacionados a preocupações com identidades nacionais ou étnicas – como a nível mais local – relativamente, por exemplo, às identidades sexuais – (WOODWARD, 2005, p.16). Estes debates materializam-se, não raras vezes, em cima de uma lógica de confronto direto em que são frisadas as diferenças entre os locutores e silenciados os mecanismos instauradores das referidas diferenças. Ocidente/Médio Oriente,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Norte/ Sul, Heterossexualidade/ Homossexualidade, Homem/ Mulher, Branco/ Negro. Uma lógica binária, em que um termo é fixado como fundante, central, e em relação ao qual se constitui o “outro”, seu oposto, seu subordinado (LOURO, 2004, p.42) – uma relação que se baseia na normalização, naturalização. “A ideia de natural é, no entanto, pouco natural. Ela tem uma origem e uma função sociais, e é sobretudo operacional precisamente enquanto noção integradora ou discriminadora.” (CALDEIRA, 2008, p.156). Esperamos que ao longo deste artigo fique expressa essa artificialidade que constitui hierarquicamente as identidades. Tentando ir um pouco além dessa construção teórica (fundamentada em autores dos Estudos Culturais e Estudos Queer), buscaremos também – e é esse o nosso objetivo central – refletir acerca das chamadas ‘minorias sexuais’ (mais adiante este termo será problematizado), almejando problematizar posturas adotadas pelas políticas identitárias e pós-identitárias:

Nesse sentido, cabe a distinção feita por Gamson entre estratégias que atacam mais as “[...] opressões institucionais, que fazem da rigidez das categorias uma estratégia inteligente”, das que atacam as “[...] opressões culturais, que fazem da dissolução das categorias uma estratégia inteligente”. E ele pergunta: “[...] existem movimentos ou repertórios de movimentos que sejam capazes de trabalhar com, em lugar de contra, a simultaneidade destes dois sistemas de opressão? (GAMSON, 2002, *apud* COLLING, 2011, p.17).

Queremos, enfim, refletir sobre possíveis avanços em direção ao reconhecimento – e respeito – da diversidade (sexual).

Todo o conhecimento é relacional, “só pode ser formulado e compreendido com referência às circunstâncias sócio-históricas do conhecedor e do observado” (THOMPSON, 1995, p.68). Sob este prisma diremos que as identidades, ao longo da história, têm sido alvo de variadas reformulações, chegando à atualidade constituídas por fissuras (portanto, potencialidades), resultado de importantes transformações sociais ocorridas, principalmente, na modernidade (PISSARRA, 2003, p.73), que continuam a multiplicar-se dia após dia. Essa instabilidade das identidades em trânsito é, contudo, foco de combate ideológico: ora defendida como sinónimo de liberdade, em que a identidade é encarada como “resultado de decisões e projectos, e não tanto de condicionamentos e limitações” (MELUCCI, 1982 *apud* PISSARRA, 2003, p.88), ora atacada por representar a “‘decadência da cultura’, a ‘perda de sentido de modernidade’, a ‘alienação das pessoas no capitalismo moderno’” (BERGER;



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

LUCKMANN, 2004, p.75), entre tantas outras argumentações que tentam reconstruir “uma identidade que seja una, unificada, e que filtre as ameaças da experiência social” (SENNETT, 1971 apud HALL, 2011, p. 85). Neste artigo distanciamos-nos de ambas as posturas, apostando antes na problematização dos mecanismos que tanto constroem identidades como nas posturas teóricas (portanto, políticas) que as sustentam. Propomos-nos a isso por entendermos que as identidades são construídas através e no discurso. Assim, “precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.” (HALL, 2005, p.109).

Desessencializando as identidades

“As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2011, p.7), originando assim uma crise de identidade na modernidade. Para que a compreendamos, e questionemos, percorreremos primeiro os caminhos que nos levam até ela¹.

As identidades, e suas flutuantes conceitualizações, estão diretamente relacionadas às mudanças estruturais das sociedades, que autores como Stuart Hall (2011), Peter Berger e Thomas Luckmann (2004) e João Pissara Esteves (2003) diferenciam entre tradicionais e modernas – sendo que na modernidade é ainda feita a distinção da modernidade tardia, que, segundo Hall (2011), tem como ‘data de nascimento’ a década de 60 do século XX. Simplificando², distinguimos essas diferentes formas de organização estrutural em termos de (des)centramento(s) de poder e rigidez (ou flexibilização) de categorias estanques hierarquizadas.

Nas sociedades tradicionais, a estrutura é caracterizada pela tendência à monopolização dos poderes e, portanto, controle dos sentidos do agir social e formação de

¹ Neste artigo faremos uma breve recuperação teórica desse processo. Para mais detalhe, consultar as principais obras que nos dão suporte: *A identidade cultural na pós-modernidade* (2011), escrita por Stuart Hall e *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido, a orientação do homem moderno* (2004), de Peter Berger e Thomas Luckmann.

² Ao elaborarmos estas classificações, com marcos temporais fixos, reconhecemos que as mesmas são, até certa medida, ficcionais – servem para convenientemente desenvolvermos a ideia a que nos propomos -, uma vez que entendemos não ser possível tratar qualquer fenômeno sócio-histórico como estanque, delimitado por barreiras fixas que separam passado, presente e futuro.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

identidades. O passado, as tradições e os respectivos símbolos são venerados, inscrevendo-se neles o presente e o futuro. As crises de sentido (ou seja, a desnaturalização das normas sociais, questionamento do agir social e multiplicidade da identificação dos indivíduos) não são susceptíveis de acontecer, uma vez que nelas vigora “um sistema de valores único e obrigatório para todos, em que os diversos estratos e âmbitos de sentido se acham adequadamente integrados” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 32).

Nestas, a identidade era definida como um atributo essencialmente fixo e predefinido dos indivíduos, resultado de uma dada ordem de papéis sociais estabelecida e de uma visão unitária do mundo que, por um sistema rígido de sanções, determinavam rigorosamente e de uma forma estrita os limites do comportamento, a forma de apresentação, de pensar e de ser de cada indivíduo. Consistindo pois a identidade numa realidade estável e não problemática, a mesma não era objecto de reflexão ou de discussão e situava-se, também, como que à margem do pensamento (com o estatuto de uma espécie de *a priori* da existência de cada indivíduo). (PISSARRA, 2003, p. 73).

Entre os séculos XVI e XVIII, uma série de mudanças no pensamento europeu – resultantes, principalmente, da Reforma Protestante, do Humanismo Renascentista, de revoluções científicas e do Iluminismo (HALL, 2011, p.26) – tem impacto profundo na organização social, resultando numa importante ruptura com o passado. Desse longo processo ‘nasce’ um novo sujeito, soberano de seu destino: é racional, tanto na consciência como na ação, estável e centrado (ainda que o seu núcleo se desenvolva ao longo da vida, estará sempre em concordância com a essência com que já nasce). É importante ressaltar um paradoxo: apesar de percebido como unificado, completo em si mesmo, nasce da dúvida deixada pelo deslocamento da posição central do divino no universo. Igualmente importante é sublinhar este momento histórico como o nascimento da individualidade: ele³ é total responsável pelas suas ações, porque é o soberano total de sua consciência, e portanto o total responsável de seus atos e condições de existência (WILLIAMS, 1976 *apud* HALL, 2011, p.28/29). Esta concepção de indivíduo, dono de ser percurso (e não mais destino), sofrerá um revés à medida que as sociedades se tornarem mais complexas. A autonomia individual dá lugar ao condicionamento (por parte das grandes estruturas econômicas e administrativas) na, agora materializada, modernidade.

³ Segundo Hall (2011, p.11), este sujeito é usualmente descrito como masculino.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Com base na bibliografia consultada, caracterizaremos a modernidade como uma forma altamente reflexiva de vida, em que as ações são constantemente examinadas e reformadas, resultando daí o seu caráter de produção constante (intelectual e material), de rupturas constantes (não a partir, apenas, do seu núcleo, não evolutiva, portanto, mas de recuos e avanços), de incerteza, de deslocamento e descentramento do poder (o centro é deslocado, surgindo em seu lugar não um, mas vários centros), de rupturas e antagonismos sociais, onde “as ordens de valores e as reservas de sentido não são mais propriedade comum de todos os membros da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 39). Apesar de serem várias as transformações sociais que conduzem a esta transformação, aqui reduzimo-las à globalização (a qual já se havia iniciado há séculos, mas que agora se diferencia devido ao aumento em extensão e intensidade). Esta reestruturação da realidade social tem impactos ao nível da identidade, que se torna

[...] progressivamente mais instável, fragmentada, múltipla, permeável às mudanças que ocorrem quer ao nível dos sistemas de pensamento, quer das formas de sociabilidade e de organização da vida colectiva em geral. Numa palavra, a identidade na modernidade passa a dar-se a ver como problemática e acaba mesmo por se constituir, ela própria como um objecto de reflexão e pensamento. (PISSARRA, 2003, p.74).

Assim se constitui esta nova concepção de identidade, construtivista, por oposição às anteriores, substancialistas. Nesta mudança de paradigma ainda existe uma essência, mas esta não é fixa ou acabada. O sujeito não é autónomo, necessita do Outro para se constituir, entendido que é como condicionado pela cultura e relações sociais que o atravessam. Os sujeitos são formados subjetivamente através das relações sociais, entretanto os processos e estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham. Assim poderá ser entendida a base desta nova concepção: o indivíduo internaliza o exterior e externaliza o seu interior (através da ação no mundo social). É a identidade que “sutura” (HALL, 2011) sujeito e sociedade, sendo portanto origem de alguma estabilidade e previsibilidade em ambos. Contudo, as rígidas fronteiras identitárias que anteriormente eram erigidas apresentam agora brechas.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Abordamos finalmente a modernidade tardia, estrutura societal em que vivemos atualmente (HALL, 2011). Desde a inquestionabilidade da identidade, fundada em Deus, passando à reconstrução focada na razão do sujeito, mas ainda fixa e fechada, atravessamos o início da abertura da identidade ao Outro e, no seguimento deste processo cada vez mais plural, chegamos numa nova concepção que nos coloca perante a identidade não mais produtora de estabilidade, amarra que dá sentido às experiências subjetivas no mundo, mas antes como fragmentação do sujeito, queda de fronteiras, multiplicidade de identificações – um processo em andamento, e não mais ‘identidade’, que pressupunha uma finitude (HALL, 2011, p.39) –, simultâneas, por vezes contraditórias ou não resolvidas.

[...] torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. (HALL, 2011, p.12).

Definidas historicamente, as identidades na modernidade tardia são, e é isso que nos interessa discutir, resultado de um jogo de poder. As suas constituições (tal como as teorizações que as sustentam – na qual se enquadra esta que nós aqui fazemos) são politizadas. Ou, para sermos mais exatos: as identidades, desde que existem, enquanto construções sociais, não-naturais, sempre foram politizadas. Elas existem por um (ou mais) motivo, construídas por determinada(s) instituições. É este, no nosso entender, o contributo mais aliciante na atualidade para pensarmos as identidades: não apenas a possibilidade de criarmos novas ligações com a realidade que nos circunda, novas identidades, mas a compreensão que as identidades sempre foram construções sociais e que portanto servem um propósito. Perceber que propósitos servem é o desafio.

Porque precisamos de identidades?

Na sua obra, originalmente escrita em 1995, Berger e Luckmann (2004) adiantam algumas possibilidades à pergunta que acima elaboramos: argumentando que a liberdade alcançada através do questionamento do mundo social é, para alguns indivíduos, pesada



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

demais para suportar – devido à exigência que sobre ele recai “para que abra sempre maior espaço para o novo e o desconhecido em sua realidade” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 54) – eles consideram que as instituições foram criadas com o intuito de aliviar esse peso, facultando modelos de comportamento para certos papéis sociais,

[...] possibilitando um agir para o qual nem sempre é preciso pesar cuidadosamente as alternativas. [...] pode-se dizer que os “programas” institucionais são “internalizados” na consciência do indivíduo e o dirigem em seu agir não como experimentando um sentido estranho, mas como dele próprio. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.55).

Reconhecendo que o pluralismo, ou seja, a diversidade de identificações e sentido possíveis, dificultam esta forma de controle, os autores posicionam-se contra duas respostas dadas pelas instituições que assim perderam relevância no mundo social contemporâneo: são elas a atitude ‘fundamentalista’, que procura instaurar a volta a valores e tradições antigas, e a atitude ‘relativista’, que “desistiu de afirmar quaisquer valores e reservas de sentido comuns” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 79). Esta última postura, argumentam, seria adotada por teóricos pós-modernos que buscariam quebrar o que ainda resta dos antigos muros identitários. Defendem então uma terceira postura: o apoio a instituições intermediárias, que teriam os objetivos de apoiar comunidades organizadas em torno de sentidos e interesses comuns, ao mesmo tempo que educariam o público para uma sociedade civil pluralista. Dito isto, acreditamos poder considerar estes autores como construtivistas identitários, uma vez que, reconhecendo o caráter construtivo, socio-histórico, das identidades, dificilmente contemplam a possibilidade de uma pessoa poder ser “uma coisa e outra, [...] preferem a estratégia de uma coisa ou outra, e por vezes apenas uma coisa, com total exclusão da outra. (SEFFNER, 2011, p.74). A nossa consideração poderá ser interpretada como duvidosa, uma vez que os pensadores reconhecem a pluralidade como meta dessa postura. Mas de que pluralidade falamos, quando julgamos que é necessário ser mediada por instituições, focada em comunidades específicas, as quais, *a priori*, já têm sentidos e interesses comuns? Como nos diz Berenice Bento (2011),

A dimensão plural encontrada no mundo vivido é desidratada quando nos deslocamos para o nível da política institucional [...] Aqui, nos movemos em um mundo binário, mesmo quando estamos na esfera da luta das minorais. Essa diversidade é boa para as teses, dissertações, colóquios científicos, mas na luta



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

política há uma necessidade de simplificar as coisas, produzir discursos inteligíveis, afirmaram os que orientam com por uma concepção essencializada de identidade. **Inteligíveis para quem?** (BENTO, 2011, p. 87, grifo nosso).

Quem tem legitimidade para representar tal diversidade? De que diversidade falamos, o que ela significa e o que ambiciona? O que significa respeitar a diferença, qual o papel dessa diferença na constituição das identidades e poderá ela materializar-se sem que signifique, necessariamente, oposição? Estas e outras questões servem como território fértil para pensar a constituição, representação e forma de ação de vários movimentos sociais que ainda hoje continuam na busca pelo reconhecimento de uma existência digna. Estas questões também dizem respeito a outra corrente de pensamento – a do fazer política pós-identitária – que, entre outras, questiona: se buscamos igualdade de direitos, o que queremos dizer na verdade com essa busca? A assimilação, normalização das vivências em acordo com as formas de vida atualmente consideradas hegemônicas? Ou a criação de novas compreensões de existir, fundadas noutras formas de relações sociais que não sejam fundadas na categorização e hierarquização? Não procuramos, aqui, respostas a estas perguntas – elas servem como provocações. Tentamos, em vez disso, discorrer um pouco sobre estas duas formas de fazer política – identitária e pós-identitária –, com o intuito de identificar pontos que reforcem a teorização em favor da desconstrução de mecanismos que reforcem as desumanizações de (alguns) sujeitos.

Para tornarmos mais facilmente compreensíveis as teorizações que tecemos durante o restante trabalho, faremos referência às ‘multidões⁴ sexuais’ sempre que julgarmos necessário materializar exemplos.

Questionámos anteriormente porque precisamos de identidades. Tentamos agora uma resposta: necessitamos delas porque a luta para as afirmar tem causas e consequências materiais: “isso é visível no conflito entre os grupos em guerras e na turbulência e na desgraça social e econômica que a guerra traz” (WOODWARD, 2005, p.10). É visível através da

⁴ Consideramos problemática a noção de ‘minorias’ que é percebida como “um conjunto de indivíduos cuja expressão numérica, em relação ao conjunto da população, é diminuta, portanto as suas características, comportamento ou postura não são adotados pela maioria da sociedade [...]” (CALDEIRA, 2008, p. 156). Entendemos que, ao alterar a adjetivo de quantidade, estamos a contribuir para a desnaturalização dessa concepção que pressupõe que aqueles e aquelas que não se adequam aos esquemas normalizadores de sexo e gênero são em número reduzido. Assim, as multidões sexuais não são mais, ou unicamente, constituídas através de uma clara oposição a uma suposta maioria hétero-cis, que seria compreendido como termo fundante e ‘natural’ em função do qual se constituiria o seu subordinado, ‘anormal’ (as minorias sexuais). Tal como nos relata comunica Guaciara Louro, “as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho - gay, étnico, de gênero” (LOURO, 2004, p.28).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ausência de travestis em instituições de ensino, de mulheres em posições de liderança, de índios na mídia, entre tantos outros exemplos. A marcação da diferença, que tem um peso preponderante na constituição das identidades, tanto ocorre “por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (WOODWARD, 2005, p.39). Quer isto dizer que a identidade depende da diferença, pois é esta que estabelece distinções, e até mesmo oposições, entre elas: num mundo homogêneo sem diferença, em que todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações identitárias não fariam sentido. Este é, acreditamos, o ponto fundamental que distanciam políticas identitárias e pós-identitárias: a que nos referimos ao falarmos de ‘diferença’? Que papel poderá ser atribuído à diferença na luta política de sujeitos discriminados socialmente?

Para além da diferença, e intimamente relacionada a ela, está a questão do reconhecimento: “não reconhecimento e falso reconhecimento podem infligir mal, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém em uma forma de vida redutora, distorcida e falsa [...]” (TAYLOR, 1994 *apud* LOPES, 2013, p.306). Considerarmos o sujeito como total, suficiente em si mesmo (não em relação à constituição da identidade, mas em relação ao reconhecimento), seria negar aquilo que tem de mais humano: a necessidade do Outro para se constituir, se reconhecer e viver em plenitude. Essa seria a base de todas as lutas sociais: a busca pelo reconhecimento por parte do Estado (leis), da sociedade (culturalmente), do círculo de relações que o sujeito estabelece (RIBEIRO, 2011) e, acrescentamos, também o reconhecimento por si mesmo em relação à sua subjetividade – noção especialmente visível em relação às multidões sexuais, em que

[...] (ao contrário do que acontece com a grande maioria das pessoas, mesmo noutras minorias): «para os homossexuais [consideração que aqui estendemos às multidões sexuais] não há uma família para visitar, as estrelas e as histórias da cultura popular tomaram frequentemente o lugar da “nossa terra”» (GROSS, 1998 *apud* ESTEVES, 2003, p.94)

Conclusões

Como já referido, um dos principais pontos em que políticas identitárias e pós-identitárias se desencontram é em relação à concepção de diferença e reconhecimento. É



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

comum ouvirmos fortes críticas em relação às produções culturais, de entretenimento, que representam homossexuais como sendo afeminados, com elevado número de parceiros sexuais, ‘excêntricos’, exóticos. Duma perspectiva pós-identitária, essas críticas são legítimas contudo procura-se ir além delas: que processos e mecanismos fundamentam essas representações e, tão ou mais importante, que processos e mecanismos fundamentam as críticas que a elas são feitas? O reconhecimento que as políticas identitárias buscam é em prol de quem? Esta pergunta é pertinente se pensarmos que ao falarmos em LGBT, estamos a falar de uma comunidade abstracta, imaginária (HALL, 2011), diferente cada ‘letra’ entre si, cada letra bastante diferente dentro de si mesma. Falarmos em homossexualidade no Brasil, na Nigéria, na França ou no Indonésia não tem o mesmo significado. Falar do sujeito homossexual em São Paulo, capital, e no interior do Pará, não tem o mesmo significado. Homossexual em São Paulo, capital, centro, e homossexual, São Paulo, capital, periferia, não tem o mesmo significado. Não tem o mesmo significado falar de homossexual branco e homossexual negro da periferia de São Paulo. Homossexual, branco, cis da periferia não é igual a homossexual branco trans. Poderíamos continuar indefinitivamente esta lista, que coloca em destaque o fato de que a representatividade é uma questão chave nas lutas sociais. Quem tem legitimidade para representar, e que representatividade buscamos? Que mudança pretendemos?

Outra problematização, é a de que,

para combater a homofobia, apostamos quase exclusivamente na afirmação das identidades não-heterossexuais, o que gera impactos significativos para a comunidade LGBT, mas deixa a identidade heterossexual no confortável discurso de que ela sim é natural, normal, determinada pela biologia ou até por Deus. (COLLING, 2011, p.15)

Até que ponto a luta pelo reconhecimento social teria a ganhar com a mudança de foco, procurando não o entendimento da homossexualidade como natural, mas antes que a sexualidade, e qualquer uma das orientações e identidades a ela vinculadas, não é natural. Poderá a heteronormatividade constituir-se como foco de embate, tal como o machismo e misoginia no feminismo, ou estará ela relegada a um patamar superior, inquestionável?



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Em relação à luta por direitos civis igualitários, como é o exemplo da criminalização da homofobia e adoção de crianças por casais do mesmo sexo,

por que temos essas pautas e não outras? Por que determinados projetos nos unem mais, nos emocionam e nos mobilizam mais do que outros? Por que nos concentramos tanto nos marcos legais e no combate à “opressão institucional”? Quais os riscos e limites dessas apostas?(COLLING, 2011, p.10).

Não colocamos em causa a importância dessas lutas, mas serão elas suficientes? Não nos estaremos a apoiar numa utopia jurídica, que num futuro ideal nos garantirá uma vivência igualitária, sem contemplar entretanto a primazia do combate onde as mudanças estruturais têm lugar – na cultura?

Referências bibliográficas

BENTO, Berenice. *Política da diferença: feminismos e transexualidades*. In COLLING, Leandro. (Org.) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, Pluralismo e Crise de sentido: A orientação do homem modern*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDEIRA, Clara. *A representação noticiosa das minorias sexuais, um contributo para a questão identitária*. In ESTEVES, João P. (Org). *Comunicação e identidades sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

COLLING, Leandro. *Apresentação*. In COLLING, Leandro. (Org.) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidade social*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidades?* In DA SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011

LOPES, Maycon. *Fazer-se mulher transexual: mediações e contratempos*. In COLLING, Leandro; Thurler, Djalma (Orgs). *Estudos e Políticas do CUS, Grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade*. Salvador: EDUFBA, 2013. (Coleção Cult)



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

LOURO, Guaciara L. *Um corpo estranho, ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Deco. *Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT*. In COLLING, Leandro. (Org.) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

SEFFNER, Fernando. *Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT*. In COLLING, Leandro. (Org.) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In DA SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.